

Democracia virtual no governo da cidade

Tamara Tania Cohen Egler*

Resumo A ampliação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) por instituições governamentais, partidos políticos e movimentos sociais suscita a questão da democracia virtual, porque contém na tecnologia possibilidades de conexão e interação que permitem formas alternativas de deliberação pública e mais equidade no exercício da democracia. O objetivo do estudo apresentado é observar as novas formas de mobilização e ação coletiva que as TIC podem suscitar. Elas colocam em questão os princípios de representação e participação que estruturam o funcionamento das instituições políticas. O nosso estudo se propõe a examinar suas formas particulares, no que se refere à sua aplicação no governo das cidades. A democracia eletrônica aparece como uma tentativa de redefinição das relações entre os cidadãos e as instituições políticas e coloca a questão das modalidades de sua implicação em processos democráticos. Metodologicamente foi realizado um mapeamento e uma análise das práticas políticas que definem as experiências de utilização de redes sociotécnicas. Seu objetivo é avaliar os efeitos da tecnologia sobre a política.

Palavras-chave Redes sociotécnicas, novas tecnologias de informação e comunicação, políticas públicas, gestão urbana

Virtual democracy in city government

Abstract The extensive use of information and communication technologies by government institutions, political parties and social movements raises the question of virtual democracy, because it holds possibilities of connection and interaction which allow alternative public deliberation and more equity in the exercise of democracy. The objective of this study is to observe the new forms of mobilization and collective actions, which could emerge with ICT. They raise the issue of the principles of representation and participation that structure the functioning of political institutions. The article proposes to examine their particular forms, as regards their applications in city government. Electronic democracy appears as an attempt to redefine relations between citizens and political institutions, and discusses the question of the modalities of their implications for democratic process. Methodologically, it is based on mapping and analysis of the political practices which define the experience of socio-technical networks utilization. The objective is to evaluate

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ e pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Contato: Rua Lopes Quintas, 200 bl 2, apto 607 – Rio de Janeiro– Brasil – CEP 22460-010, telefone (21) 2239-3594 e e-mail tamaraegler@uol.com.br

effects of technology on policy.

Keywords Socio-technical networks, information and communication technologies, public policies, urban management

Introdução¹

A invenção da Internet abre possibilidades de comunicação que permitem um novo espaço público de expressão da palavra individual e coletiva. Permite novas formas de participação nas organizações responsáveis pelo governo da cidade. O objetivo do nosso estudo é observar as possibilidades de utilização das tecnologias, reconhecer a forma de utilização da rede pelos atores e compreender sua verdadeira cultura política e avançar para entender seus efeitos no processo de democratização do governo das cidades. A democracia eletrônica aparece como uma tentativa de redefinição das relações entre cidadãos e forças políticas, recolocando a questão das modalidades de participação, mobilização e ação política. O objetivo do nosso estudo é responder à seguinte pergunta: qual é o papel das tecnologias numéricas na interação social? E de que forma elas alteram as possibilidades de participação na gestão democrática da cidade?

O esgotamento de um modelo de governo urbano está associado a uma estrutura de organização do Estado, associado a uma estrutura burocrática centralmente organizada, que resulta numa ação em defesa de interesses que nem sempre representam o coletivo. A questão da gestão urbana é colocada num posicionamento central para se pensar a melhoria das condições de vida nas cidades. Ao mesmo tempo, as possibilidades de associação virtual dada pelas novas tecnologias de comunicação e informação possibilitam formas alternativas de ação política que podem ampliar a participação cidadã nos processos de gestão das cidades.

A política é o exercício da ação, é a condição fundamental na existência dos homens e permite a transformação das coisas e das relações sociais. Ela se realiza através do exercício da ação discursiva que promove a interação social e permite a formação da vontade coletiva. A política é uma dimensão humana que está associada a todas as coisas da vida, desde as relações mais simples entre dois homens, até as mais complexas que fazem parte da interlocução das nações. Ao longo dos processos históricos podemos encontrar diferentes formas de legitimação dos atores na esfera política. O Estado surge, na modernidade, como o ator, por excelência, responsável pelo exercício da ação transformadora.

O pensamento moderno fragmentou as ciências sociais nos estudos da política, da sociologia e da economia, resultando na fragmentação do processo social em si mesmo. Observamos um

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada no XII Congresso Brasileiro de Sociologia em Belo Horizonte, em 2005.

monopólio da esfera política nos fatos, porque os atores que participam do campo e formam as estruturas burocráticas dos Estados exercem sua dominação em benefício de interesses particulares. Para a sociedade, resta eleger os membros que deverão compor essa enorme estrutura de organização dos Estados modernos, organizados em torno de uma ação decidida por poucos e em nome da maioria da nação.

Assim é a gestão da cidade. Sua estrutura política está ordenada para observar a totalidade das necessidades de seus moradores e optar por uma estratégia de intervenção que atenda às necessidades urbanas, onde a organização delega aos eleitos o poder de decisão sobre a totalidade dos processos espaciais urbanos. Certamente, questões como “quem detém o poder?” e “como governa?” fazem a ordem da nossa reflexão na direção proposta por Bobbio (1979).

Compreendemos que esse processo conduziu e conduz a história das políticas urbanas nas nossas cidades. Basta um olhar sobre as políticas ao longo do tempo para percebermos como, longe de atender às necessidades das pessoas, elas resultam dos sonhos faraônicos de seus governantes e dos interesses que eles representam (EGLER, 2004). A experiência de gestão das cidades atesta como essa ação resulta, muitas vezes, dos sonhos de seus príncipes, que estão mais implicados por fazer valer o seu interesse, ao invés de levar adiante um exercício de ação comprometida com o bem estar coletivo. O presente estudo se propõe a examinar de que forma é possível avançar na transformação das estruturas de organização da política de transformação do espaço urbano, bem como de considerar quem são os atores que devem e podem fazer parte dos processos de decisão, que concernem às necessidades da maioria de homens, mulheres e crianças que fazem a vida cotidiana nos espaços urbanos.

Não é novo o debate sobre a democracia representativa e a democracia direta. Ele se coloca ao longo dos processos históricos e tem sido objeto de reflexão de autores do campo das ciências políticas. O que se considera é que a democracia direta, da qual fazem parte diretamente os cidadãos, tem limites, na medida em que podemos observar uma captura do direito da palavra por aqueles que exercem o poder sobre a ação discursiva. Nesse debate, nem sempre é possível alcançar mais equidade no processo decisório, dada essa forma de representação; enquanto a democracia representativa seria uma forma possível de transferir a responsabilidade da decisão a outrem, que teria por responsabilidade representar os interesses do coletivo.

O objetivo do nosso estudo é repensar a questão da democracia direta, tendo em vista as transformações em curso, dadas as inovações tecnológicas na esfera da comunicação e da informação. Isso quer dizer que consideramos que essa invenção tecnológica coloca o debate em um novo patamar analítico.

O que se quer fazer pensar é que a política e o seu exercício devem ser de responsabilidade do corpo social. A invenção de redes sociotécnicas possibilita novas formas de interação, que produzem possibilidades de participação até então não imaginadas. Essa é a questão que nos propomos a debater para analisar as possibilidades dadas pela tecnologia para reinventar a política. Trata-se de observar de que forma as tecnologias possibilitam a redefinição das relações entre Estado e atores sociais, que tenha por objeto de ação em comum o governo da cidade.

Tecnologia e política

De que forma a invenção de uma técnica pode transformar a sociedade?

Esse debate também não é novo e nós sabemos que as transformações na ordem técnica sempre suscitaram uma esperança na transformação social, quando, lamentavelmente, o processo histórico demonstra que isso nem sempre aconteceu. Sabemos como a invenção dos motores foi um ponto de partida fundamental para o processo de industrialização. Este redefiniu as possibilidades de produção de mercadorias e inaugurou uma forma de pensar que considerava a indústria o caminho possível para a ampliação da produção de mercadorias e da distribuição de bem estar social.

O debate da industrialização e de seus efeitos sociais é bem conhecido. O nosso propósito é lembrar que as relações entre técnica e desenvolvimento social não são novas, e o nosso objetivo é retomar esse debate neste momento histórico das inovações dadas pelas tecnologias de comunicação e informação.

Podemos definir melhor a nossa pergunta: de que forma a invenção de redes técnicas transforma a ação dos atores sociais?

Uma revisão do debate sobre o tema nos ajuda a perceber que temos dois posicionamentos: um primeiro, que valoriza a dimensão técnica da rede; e um segundo, que reconhece sua importância social. Os dois posicionamentos, na maioria das vezes, se excluem; os tecnólogos ignoram a dimensão social e os sociólogos desvalorizam a sua dimensão técnica. A nossa análise indica que as redes sociais se moldam pela sua dimensão técnica, e as redes técnicas possibilitam novas formas de articulação das redes sociais. Isso significa que a relação social e a materialidade técnica fazem parte de uma mesma totalidade, duplamente determinada. A rede tem duas dimensões: uma física, de natureza técnica e material; e a outra, social, de natureza relacional e concretude imaterial. Esse é o ponto de partida da análise, cujo desafio é compreender essas duas determinações. A compreensão dos dois processos da rede é fundamental, porque possibilita ver os seus efeitos sobre o processo social e observar as possibilidades de transformação que dela resultam.

As redes materiais e imateriais se interconectam, agindo umas sobre as outras; modelam-se e interagem; e se definem reciprocamente. Podemos pensar que a sociedade é feita em rede, para todas as suas ações, quer seja da esfera econômica, política ou social, e as redes virtuais se sobrepõem, transformando as redes de pessoas e processos que se interconectam. Por exemplo, os movimentos sociais urbanos se potencializam pelo uso da rede Internet, quando se amplia a possibilidade de comunicação e de ação, como, por exemplo, do Fórum Social Mundial ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O Ministro da Educação do Brasil, no mês de janeiro de 2005, tornou público que a políticas de pós-graduação iriam ser intensificadas, principalmente através da ampliação de cursos nas áreas de computação, quando o objetivo era dobrar o número de vagas para doutoramento, o que nos levou a considerar as dificuldades de fazer transparecer as determinações físicas e sociais da rede. O que temos observado é que, tanto nos meios acadêmicos como nos políticos, a dupla determinação técnica e social do ciberespaço é ainda um objeto incompreendido, por isso o objetivo desse estudo é trazer à luz as duas dimensões das redes sociotécnicas.

Ao longo dos últimos anos e fundamentalmente depois da invenção da Internet, temos observado,

no campo das ciências sociais, uma desvalorização do tema, quando a rede é considerada uma dimensão do mesmo espaço social da vida cotidiana. E, por outro lado, os especialistas em computação ignoram as múltiplas dimensões da questão social e definem a transformação como apenas resultante de procedimentos técnicos. Por essa razão, o governo ignora a dimensão social dos processos de transformação, e a tecnologia se impõe como caminho para o desenvolvimento. O objetivo do nosso estudo é observar os processos de transformação que acontecem no espaço social pela utilização de TIC.

Conceitos são importantes ferramentas do conhecimento porque dão significado às coisas. Por essa razão, podemos avançar no entendimento do significado de redes sociotécnicas. Para desdobrar a análise, o nosso objetivo é observar como elas transformam a sociedade, pela utilização de redes técnicas aplicadas ao governo de cidades, para entender as possibilidades de transformação que ocorrem na redefinição das relações entre Estado e Sociedade.

Por isso a análise da rede técnica não prescinde de sua dimensão social. Importa observar como é possível utilizar a rede técnica para ampliar as relações sociais de participação e cooperação. Importa observar se realmente a rede técnica transforma as relações de dominação e se é verdadeira a possibilidade de substituir hierarquias verticais por cooperação horizontais. Por essa razão, o nosso estudo está focado no questionamento da transformação da relação social pela utilização de tecnologias.

Determinação social e técnica das redes

O homem não existe de forma isolada; ele faz parte de um coletivo que se ordena por um conjunto de elementos das múltiplas identidades, produzindo a coesão social. Entendemos então que o espaço social resulta desse coletivo construído por fios que formam o tecido social. A nossa questão é analisar como se transformam as redes sociais, no momento em que são utilizadas novas tecnologias de comunicação. O fato é que as relações sociais estão inscritas em um determinado cenário tecnológico. Compreendemos que o processo de urbanização industrial resulta da tecnologia de motores e que permitiu a mobilidade material de objetos e de pessoas. Esse processo de industrialização e urbanização resultou em formas específicas de relações sociais. Na sociedade industrial, a rede social resulta da possibilidade de localização na mesma relação espaço-temporal. O que estamos querendo dizer é que, para cada período histórico, temos diferentes tecnologias que determinam as formas das relações sociais. É claro que o processo de industrialização transformou a ordem na formação do tecido social. É importante pensar na clássica relação campo/cidade para lembrarmos que o desenvolvimento da tecnologia de motores permitiu o processo de industrialização e de urbanização. O fato é que não é possível separar a dimensão social da dimensão técnica. Essa é a questão que propomos examinar para sustentar nossa posição no debate. Vamos ver como isso acontece.

A história da política urbana demonstra como o Estado mantém a delegação social para exercer o poder sobre o espaço urbano, concebendo, formulando e realizando a política urbana. Historicamente, cabe ao Estado exercer o papel de dominação do poder de decisão sobre as políticas de transformação do espaço urbano. O esgotamento desse modelo redefine as possibilidades de

realizar a interlocução entre o Estado e os atores sociais. Com as redes, vamos encontrar um potencial concreto de transformação. O Estado, através dos processos de representação e hierarquização, permite a formação de uma estrutura de poder que alcança os processos de totalização. As redes técnicas têm o poder de transformação porque a tecnologia permite uma estrutura organizacional que possibilita a união das pessoas em um lugar comum, para o exercício da ação coletiva (MUSSO, 2003).

Para avançar no estudo, será importante observar procedimento metodológico que reconheça o papel dos atores sociais e da tecnologia na formação das redes. O primeiro refere-se às relações entre atores, pessoas, formas invisíveis, imateriais, da condição humana; e a segunda refere-se a processos, coisas e objetos materiais. É importante partir da conceituação entre redes físicas e redes de atores. A rede física designa apenas uma via que torna possível a circulação e o deslocamento de objetos, matérias ou de indivíduos. Uma rede de atores sociais implica de forma alternativa na relação entre indivíduos e grupos (GERSTLÉ, 2003).

No brilhante estudo de Gerstlé (2003), aprendemos que as redes não são neutras; elas formatam as relações que se estabelecerão entre os atores. O essencial do estudo é demonstrar como “a rede técnica de comunicação não determina a estrutura de comunicação”. Se assim fosse, a descentralização e a democratização se reduziriam a uma questão de infra-estrutura. É preciso, ao contrário, admitir a existência de determinantes estruturais, assim como os recursos informacionais disponíveis para os participantes, o interesse, as motivações, a divisão do poder e a distribuição desigual dos fatores e dos benefícios.

O essencial do estudo é perceber as distinções entre a concepção física da comunicação e a sua concepção social. A rede física é caracterizada pela infra-estrutura, pelo sinal, pela circulação, pela informação estrutural. Em oposição, a rede social tem por substrato a relação social, troca de símbolos e alimentada da informação existencial. Enquanto que a rede física é avaliada pela sua eficiência, a rede social vale pela confiança que os membros depositam nela e pelas conseqüências que derivam desse sentimento. São, portanto sentimentos que produzem ações sociais e que fazem a essência da rede social (GERSTLÉ, 2003).

Onde a questão central é observar que o avanço da implementação das redes é a proposta que lhe é subjacente de divisão do poder. Esse é o ponto que nos encoraja na análise das possibilidades de ampliação do uso de redes sociotécnicas para o governo democrático da cidade, ali onde se torna possível compartilhar o poder. Gerstlé nos alerta que as redes renovam a análise das vias políticas; colocam a importância do capital social e seus efeitos sobre a vida democrática; e possibilitam observar a realidade e a intensidade da participação dos atores e do seu engajamento. Deve estar, portanto, inscrita num corpo de saberes sobre o espaço social e afastada de determinismos tecnológicos (GERSTLÉ, 2003).

Os processos técnicos

A dimensão física das redes está associada às possibilidades de articulação alcançadas pela mediação da técnica. O ambiente físico permite processos e procedimentos diferenciados que

definem o alcance das relações sociais. Isso significa que a dimensão técnica permite formas de interação diferenciadas que definem as possibilidades de formação de coletivos sociais. Por exemplo, o automóvel define a mobilidade das pessoas, permitindo a constituição do espaço urbano e as múltiplas redes que o constituem.

A dimensão técnica se constitui em um objeto de intermediação (SFEZ, 2003), que permite a realização das relações sociais. O tecido social se realiza através dos atos de comunicação – ele é um meio de ligação. Os homens se constituem em sociedade através do poder de comunicação, realizado pelas possibilidades da tecnologia. Explico: se a comunicação é oral, basta a proximidade espacial. Podemos pensar que a comunicação pode ser feita através da escrita, ou também através da comunicação eletrônica. Para cada tecnologia, existe uma determinada possibilidade de comunicar e de tecer o espaço público.

A dimensão social é feita de relações de comunicação realizadas por diferentes linguagens – podem ser de gesto, palavra dita, palavra escrita e outras linguagens da arte, como a pintura ou a escultura. Código da troca, o ato de tecer no espaço social se realiza através da troca de idéias, de pensamentos. Esse é o ato que permite a formação do espaço público; a conectividade conduz para a ampliação do espaço público. Como nos alerta Sfez (2003). Essa questão é muito importante e nós poderíamos ampliar o debate a partir de observações que reconhecem que a Internet possibilita uma comunicação pública de amplas dimensões – esse é o ponto fundamental –, porque amplia vertiginosamente as possibilidades de comunicar. Num único ato de comunicação, vamos encontrar a formação instantânea de um espaço público.

Enquanto que a formação da rede no espaço da vida cotidiana depende de um conjunto de interações que fazem parte das relações políticas de unificação, aqui, uma simples mensagem se derrama sobre os membros da rede de forma instantânea e possibilita a comunicação de muitas pessoas ao mesmo tempo. Aqui está um ponto fundamental que nos possibilita a compreensão das transformações sociais resultantes da tecnologia (SFEZ, 2003).

Na compreensão de que a técnica é um meio de ligação que permite a realização da relação social é que vamos encontrar o fundamento de nossa reflexão. O fundamental é que as TIC se constituem em poderoso meio de ligação dos indivíduos, permitindo a formação de um espaço público por meio de um único ato de comunicação.

Vamos então observar quais são os processos que permitem a constituição da mediação técnica. As relações sociais de natureza comunicativa que ligam os homens em lugar comum dependem da técnica que possibilita um processo de comunicação específico. A invenção de TIC amplia as possibilidades da comunicação humana porque permite a comunicação de todos com todos, de forma instantânea (OLIVEIRA, 2003). Essa interlocução cria a possibilidade de constituição de um espaço público virtual (EGLER, 2004). Certamente, a técnica é um meio material que produz o canal por onde é veiculado o ato de comunicação, definindo um determinado formato à relação. Nele, as relações de dominação, de libertação e de cooperação resultam da estrutura de valores e da vontade política manifestada nos atos de comunicação. Ou seja, a dimensão humana do processo está associada à estrutura de valorização dos homens e das mulheres no espaço técnico.

Mais claramente, é a condição humana, a relação entre os homens, que vai definir em benefício de quem e para o que são utilizadas as redes técnicas. Entretanto, a possibilidade de ampliação da conectividade permite que um grande número de pessoas participe, graças à comunicação escrita de

um espaço público, e transforme as possibilidades de criação de um espaço coletivo de deliberação e de ação. Certamente essa condição permite uma nova forma de relação social pela possibilidade que cria de ampliar a participação das pessoas no espaço público virtual.

Então, o que se quer dizer é que a relação social constitui a essência da interação e define as formas como os homens se relacionam entre si. Entretanto, é a técnica que cria o canal através do qual o ato de comunicação flui, e as TIC vão redefinir os fluxos de comunicação e ampliar as possibilidades de formação de espaços públicos, agora de natureza virtual. Isso quer dizer que as duas dimensões - a ação dos atores e a tecnologia - são interdependentes, a tecnologia não existe por si, e a relação social pode se realizar pela mediação tecnológica.

As redes sociotécnicas no governo da cidade

Importa então identificar os efeitos da invenção das redes sociotécnicas que possibilitam a ampliação da participação cidadã no governo da cidade. A possibilidade de formação de um espaço público de deliberação transforma as possibilidades de governar, porque permite a ampliação da participação cidadã nos processos e procedimentos associados à tomada de decisão para a transformação do espaço das cidades.

Essas possibilidades tecnológicas fazem com que as experiências de utilização de redes técnicas para o governo das cidades se ampliem. E hoje já temos muitas cidades que utilizam as redes para ampliar os procedimentos das possibilidades de governar. O fato é que muitos governos urbanos estão ampliando a interação com a sociedade através da utilização de redes técnicas. Nas pesquisas que foram realizadas em diferentes países do mundo, podemos observar que existem experiências que realmente alteram e outras que não alteram as relações entre Estado e sociedade.

A pesquisa realizada por Ferguson (2002) faz uma avaliação de diferentes programas de ação, em diferentes partes do mundo, para entender a complexidade da experiência em curso de governos eletrônicos. Fundamentalmente ele demonstra como a transformação dos governos está associada à criação uma engenharia que valorize a interface entre os governos e as pessoas que habitam as localidades. Ele mostra como a pesquisa da Deloit Research conclui que quase 70% dos governos pesquisados – Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Inglaterra e Estados Unidos – construíram práticas de intervenção associadas a uma compreensão da importância de redesenhar as formas de interação com os seus cidadãos. Entre as prefeituras pesquisadas, ele cita a importante experiência de Leeds, na Inglaterra, a qual está introduzindo um centro de contato com as cidades. Lá estão sendo desenvolvidas tecnologias de gerenciamento das relações entre Estado e sociedade, permitindo o amplo acesso de todos aqueles que estão implicados com a produção, gestão e apropriação da cidade.

A experiência mais importante é a revelada pela pesquisa feita em Hong Kong. Lá, a estratégia governamental está centrada na rede que permite a interação entre governo, empresas, indústrias e instituições educacionais, os quais trabalham em conjunto para transformar Hong Kong numa cidade digital. Esse programa está centrado em quatro fatores básicos: desenvolvimento da base técnica; produção de uma interface de mediação entre governo e sociedade; capacitação no uso de

tecnologias da informação; e promoção de uma cultura que estimule a criatividade e promova avanços na utilização de novas tecnologias para a superação dos problemas da vida cotidiana. O fato é que muitos governos estão empenhados em transformar as suas estratégias de ação, com o objetivo de incorporar às suas práticas ao uso intensivo dessas tecnologias (FERGUNSON, 2002).

O objetivo geral do estudo é fazer uma avaliação dos limites e das potencialidades dessas experiências. De forma mais geral, ele identifica ambigüidades, quando observa que existem fatores que apóiam e outros que inibem a transformação dos serviços governamentais e a interação democrática entre governo e cidadãos. A análise mostra como as principais barreiras são de ordem social, quando a primeira dificuldade está na formação da vontade de participação dos cidadãos na solução de problemas comuns da cidade. E a segunda está no tradicionalismo das empresas governamentais e na sua verdadeira vontade de superar o compartilhamento da sua ação em benefício da formação de novas articulações que envolvem outras instituições, empresas e pessoas (FERGUNSON, 2002).

Nas suas potencialidades, o autor reconhece que os principais elementos que facilitam as transformações objetivas estão associados ao exercício da liderança, na formação de novas parcerias, nos investimentos e na legislação. Em suas conclusões, ele aponta como a transformação dos modos de governar está centrada na formação do espaço público, que vai além de uma organização, para compor um espaço de mediação que abrigue diferentes parceiros que se organizam através do exercício de uma liderança coletiva (EGLER, 2005).

Na importante investigação realizada por Orbiniau (2003), na França, ele indica que, em 142 das municipalidades que foram pesquisadas, elas não apresentam redefinição das relações que acontecem na vida real. Elas não apresentam a instalação de nenhuma forma de diálogo alternativo entre os membros da administração e os cidadãos, ou a abertura de lugares de expressão para os diferentes atores da vida local.

O que se observa é que os membros eleitos não desejam a abertura de diálogo e não abrem oportunidades para a ampliação da participação social nos processos decisórios, na medida em que tal processo coloca em causa o funcionamento representativo do governo local. Em segundo plano, a resistência aos modos de funcionamento representativo e a introdução de novos mecanismos participantes nas comunidades resultam do fraco interesse dos cidadãos nos dispositivos de consulta e de participação. O que se mantém é a cultura da não participação, que está afeita aos três quartos dos indivíduos e que se constitui em argumento para os responsáveis políticos da gestão pública que pouco investem no desenvolvimento de processos de participação (ORBINEAU, 2003).

A idéia de que a democracia Internet seria um espaço viável para o exercício de uma democracia participativa é muito pouco observável empiricamente. Foi possível perceber que existe uma insuficiente exploração das possibilidades dadas pelas TIC para a realização do sonho da democracia eletrônica direta. Pouco existe de diálogo entre os eleitos e os cidadãos comuns; os sítios não se encontram abertos para formas alternativas de interação; e não existe uma expressão real da democracia eletrônica nos 142 sítios das cidades pesquisadas (ORBINEAU, 2003).

A mais importante experiência com resultado positivo é a da rede cívica de Bolonha. O estudo de Susana Hamilton sobre democracia virtual da rede Iperbole traz importantes elementos empíricos que fazem avançar no pensamento e demonstrar as potencialidades do uso de tecnologias para formação de um novo espaço de mediação entre os administradores públicos e os cidadãos. Sua

reflexão sobre a prática da rede é primorosa, porque revela os processos, fatos e atores que constituem o mundo real das redes cívicas. Sua análise permite avaliar como a rede constitui um espaço alternativo para o exercício da comunicação política e observar um esgotamento das formas tradicionais de governar da burocracia, quando se superam formas tradicionais e se inauguram novos modos de governar.

No Rio de Janeiro, a pesquisa realizada por Vera Hazam (2000) nos permite compreender que a utilização das tecnologias de comunicação e informação para a ampliação da interação Estado e sociedade está se ampliando, mas é possível se observar a reprodução das mesmas práticas. Também é possível perceber a disponibilização da informação e dos serviços, mas pouco se faz para haver uma interação entre o Estado, as empresas e os cidadãos na busca da formação de um espaço público de deliberação. Tudo continua como sempre foi, só que, agora, em suporte digital.

Isso quer dizer que se mantêm práticas de comando hierarquizadas, centradas na figura do prefeito, que mantêm sob seu domínio as decisões dos projetos de transformação urbana. Nada muda, e não foi possível observar práticas de uso das tecnologias em benefício de um processo de descentralização e/ou de participação. A estrutura de governo se mantém inalterada, e o uso da base digital se resume a mais uma porta de interlocução com a sociedade, agora, através de um suporte digital. Não encontramos experiências que tenham por objetivo ampliar a participação dos cidadãos no governo da cidade. O poder continua sendo exercido pela mesma máquina burocrática que precede a invenção de novas tecnologias.

Tanto a experiência de Leeds, na Inglaterra, como a de Bolonha, na Itália, resultam de países com tradição política democrática consolidada. O que queremos demonstrar é que as experiências com resultados positivos são, sobretudo, resultantes de culturas políticas democráticas. Isso significa que o fato de observarmos a ampliação das possibilidades de se realizar um governo democrático, através do uso de tecnologias de comunicação formadoras de novos espaços públicos de ação, está intimamente ligado à cultura política da nação, representada, tanto em suas formas existentes no espaço urbano, quanto no espaço virtual.

O fato concreto é que o tempo humano de apropriação da técnica é longo. O caráter forte da Internet nas práticas de comunicação das municipalidades está inscrito em múltiplas incertezas no nascimento da democracia eletrônica municipal.

O sonho da democracia eletrônica

Para sonhar a democracia eletrônica municipal, é importante observar as diferentes possibilidades de participação dos cidadãos. As redes técnicas asseguram a emergência de uma nova forma de solidariedade cidadã. No estudo de Serge Proulx (2002), vamos observar a importância do papel politicamente vital que os novos meios de comunicação podem interpretar na formação de novas forças políticas. A disponibilização junto aos atores transformadores de meios tecnológicos de comunicação pode permitir a invenção de novas formas culturais de resistência social. A expressão de novas formas de solidariedade cidadã pode emergir a partir de uma utilização inteligente dos meios técnicos. Na sua importante análise sobre a relação entre técnica e a ação, Serge nos alerta

para o fato de que não se trata de aderir a um determinismo tecnológico, mas de fazer prevalecer a observação da emergência de novos espaços políticos de solidariedade social, pelo simples fato de existir a rede técnica. Eu pensaria que Fórum Social Mundial tem por suporte técnico a conexão à rede Internet, que organiza a gestão da resistência global e os grupos que dela que fazem parte.

Serge Proulx tem toda razão quando observa que a relação de atores se amplia com a utilização da rede, e não existiria o uso da rede sem ação política, assim como a ação política não alcançaria seus objetivos se não existisse a rede. Dessa forma, o posicionamento analítico do autor afasta determinismos sociais e tecnológicos (PROULX, 2002).

A dimensão física não existe sem a social, e a social não existe sem a física. Por essa razão, toda análise dos efeitos das inovações tecnológicas e das políticas para a sociedade da informação deve passar pela compreensão dos processos físicos e sociais. Por isso a Internet interpreta um papel alternativo que pode assegurar novos meios de comunicação e permitir a emergência de novas redes de solidariedade entre os indivíduos, os grupos e as associações que buscam hoje promover novas formas de organização alternativas àquelas que já existem e que possam dar um elo de ligação ao desenvolvimento e à transformação social ao nível local e global.

Para tanto, é preciso avançar na experimentação de práticas de apropriação social das TIC, visando inventar uma cultura da responsabilidade individual em direção ao bem estar coletivo. Onde a criatividade comunitária e as políticas no espaço público mundial possam possibilitar a experimentação de uma nova cultura política de responsabilidade mundial e local.

A política urbana é um exercício de ação que está associada ao pensamento desenvolvido na esfera individual dos governantes e que se origina da imaginação dos governantes. O que se quer fazer valer é a compreensão de que a percepção da realidade deve acontecer na esfera coletiva, único lugar que permite uma aproximação das condições objetivas da vida real. Por essa razão, os governantes mantêm sonhos urbanos associados aos seus desígnios imaginários. Basta ver as principais políticas urbanas da contemporaneidade globalizada.

O fundamental de nossa proposição de estudo é tornar claro que a existência de uma nova base técnica possibilita o exercício de uma nova forma de tomada de decisão que pode se realizar no espaço público, pelo exercício da vontade coletiva. Isso redefine as relações entre Estado e sociedade, passando a responsabilidade da ação a ser deliberada no espaço público e pela maioria. Esse fato possibilita a democratização do poder, pois desloca a decisão dos eleitos para os eleitores. Esse poder passa a ser exercido no espaço público e pela vontade coletiva. Esse fato desloca a decisão dos eleitos para o espaço público dos eleitores e permite que a decisão saia da esfera imaginária dos governantes para a realidade das necessidades vitais que se constituem na vida cotidiana no espaço urbano.

Trata-se de trabalhar para criar uma cultura que valorize a participação cidadã no espaço público – único lugar onde é possível alcançar o senso que possibilite tornar claras as necessidades reais dos homens, mulheres e crianças que habitam as cidades. Considera-se que somente a decisão coletiva é capaz de produzir uma escolha que permita um deslocamento do ideal para o real no plano das necessidades objetivas verdadeiras da vida das pessoas nas cidades. A decisão coletiva baliza a decisão individual e permite um deslocamento do espaço individual para o espaço coletivo como única forma de alcançar o senso comum.

A história das inovações tecnológicas comprova como elas estão associadas ao desenvolvimento da ação do capital e do Estado. Compreendemos que as nações deverão se desenvolver considerando a forma socialmente justa de utilização das inovações tecnológicas. A nossa compreensão nos conduz a enfrentar o desafio que tenha por objetivo avançar na pesquisa, criação e experimentação de processos e procedimentos para o uso da inovação tecnológica em benefício do desenvolvimento social.

Artigo recebido em 08/11/2007e aceito em 17/03/2008.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand do Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

BOBBIO, N. Existe uma doutrina marxista do estado? In: *O marxismo e o estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Políticas Urbanas Globais para Espaços Locais. In: *Economia, Sociedade e Território*, n. 17, v. 5, jan-jun de 2005.

----- . Redes técnico-sociais e ação coletiva. In: *Anais da X Semana de Planejamento Urbano e Regional*. Rio de Janeiro: setembro de 2004.

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário Internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. *Internet e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FREY, Klaus. Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. *Internet e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GERSTLE, Jacques, Réseaux de communications, réseaux sociaux et réseau politiques. In: MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

GUIDI, Leda. A rede Iperbole e a construção de uma comunidade participativa on line. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. *Internet e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Tomo I e II, 1998.

HAMILTON, Susana. *O governo eletrônico e a cidade: implicações na política local e na participação cidadã*. Projeto para tese de doutoramento, em desenvolvimento no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAZAM, Vera. *Informação, acesso e vida urbana*. Tese de mestrado, IPPUR/UFRJ. Defesa de projeto realizada em setembro de 2000.

JACQUES, Gerstlé. Réseaux de communications, réseaux sociaux et réseau politiques. In: SFEZ, Lucien. Elements de synthèse pour penser le réseau. In: MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

JAURÉGUIBERRY, Francis; PROULX, Serge (Eds.). *Internet, nouvel espace citoyen?* Paris: L'Harmatan, 2002.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e Internet. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco. *Internet e política*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

MUSSO, Pierre. Le reseau: de la mitologie grecque á l'ideologie d'Internet. In: MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

OLIVEIRA, L. A. Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica poder. In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

ORBINEAUU, Bernard; LOISEAU, Gerard; WOJCIK, Stéphanie. L'invariance de la démocratie electronique municipal. In: MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

PROULX, Serge. Mondialisation et mouvements d'affirmation identitaire: expressions possibles de la société civile internationale. In: JAURÉGUIBERRY, Francis; PROUX, Serge (eds.). *Internet, nouvel espace citoyen?* Paris L'Harmatan, 2002.

SFEZ, Lucien. Elements de synthèse pour penser le réseau. In: MUSSO, Pierre. *Réseaux et société*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.